



COMISSÃO DE TRABALHO

REQUERIMENTO N. _____, DE 2024.

(Do Sr. Carlos Veras)

Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do PL n. 1319/2024, que “Altera a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e dá outras providências”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III, e art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a respeito do PL n. 1319/2024, que “altera a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e dá outras providências”, do qual sou relator.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

Representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM);

Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP);

Representante da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (ABAC);

Representante da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON);

Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP);

Representante do Ministério de Portos e Aeroportos;

Representante da Empresa Petrobras Transporte S/A (Transpetro);

Representante da Empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras);

Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e OffShore (Sinaval);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); e

Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON).

JUSTIFICAÇÃO

O PL 1319/2024 sugere alterar dispositivos da Lei nº 14.301/2022, da Lei nº 9.432/1997 e da Lei nº 9.537/1997, com o objetivo de fazer justiça à capacidade técnica da indústria naval brasileira, promover os avanços legislativos para a proteção da frota marítima nacional e, nas palavras dos próprios autores em sua justificação, o “fortalecimento da cadeia produtiva naval e da Marinha Mercante com bandeira brasileira”.

Além disso, o Projeto visa a promover a independência do Brasil na realização de atividades marítimas, por meio da geração de empregos de profissionais brasileiros capacitados, protegendo, assim, os marítimos nacionais.

Considerando a relevância do Projeto, do qual sou relator na Comissão de Trabalho, mostra-se oportuna a realização de Audiência Pública, que, certamente, trará subsídios para a construção do parecer a ser apresentado à matéria.

Sala das Comissões, de junho de 2024.

Deputado CARLOS VERAS

